

DS

ARTIGO

REFORMA TRIBUTÁRIA:
MUNICÍPIOS DE MATO
GROSSO EM RISCO

Qual será o custo da proposta de reforma tributária para nossos municípios? Mato Grosso pode perder anualmente R\$ 7,8 bilhões, o que representa aproximadamente 25% da nossa receita estadual.

Ao nos concentrarmos no Imposto sobre Serviços (ISS), nosso principal mecanismo de arrecadação municipal, a proposta de extinguir esse imposto em favor do Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS) parece colocar em risco nossa capacidade de oferecer os serviços mais básicos aos cidadãos.

Hoje, o ISS nos permite cobrar de 2% a 5% sobre a prestação de serviços. Já a proposta do IBS seria de apenas 2% para os municípios. No entanto, a base de cálculo do IBS engloba tanto bens quanto serviços, o que poderia expandir nossa base de arrecadação. Mas, será que esta ampliação de base compensará as perdas?

Em relação ao nosso estado, a reforma tributária tem o potencial de causar uma redução significativa da receita pública estadual, comprometendo nosso equilíbrio fiscal. Isso poderia frustrar as projeções de crescimento da receita e dos investimentos para os próximos 40 anos.

Dessa forma, avalio ser absolutamente injusto e inaceitável que Mato Grosso, o coração produtivo do Brasil e o maior Estado exportador, seja prejudicado pela reforma tributária. Essas perdas na arrecadação serão prejudiciais e inevitavelmente terão reflexos negativos nos municípios. O Governador Mauro Mendes já se posicionou contra a atual proposta da reforma. Outro Governador que também se disse contra é o governador do Pará. Ele inclusive declarou: “Eu não posso ganhar com o sacrifício de Mato Grosso. Aí não é relação federativa, é autofagia federativa”.

Acredito firmemente que a melhor reforma tributária é aquela que preserva a autonomia dos municípios. Afinal, somos nós, na linha de frente, que entendemos as necessidades de nossos cidadãos. Portanto, em vez de uma proposta que arrisca nossa capacidade de prover serviços essenciais, precisamos de um diálogo honesto e uma proposta simplificada que não nos leve ao caminho da precarização.

Asseguro que esta é uma luta crucial para os municípios de Mato Grosso. Estamos determinados a defender nossas finanças e a qualidade dos serviços públicos em meio à reforma tributária.

Leonardo Bortolin é prefeito de Primavera do Leste e candidato à presidência da AMM

JORNAL DIÁRIO DA SERRA

Propriedade da
AJOTA

ASSOCIAÇÃO JORNALÍSTICA DE TANGARÁ DA SERRA
CNPJ: 29.464.235/0001-16

Av. Tancredo Neves - 1247 W - Parque Mansões
78302-028 Tangará da Serra-MT

ISSN 22386467

REDAÇÃO

DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabíola Tormes
CONTATO
ds@diariodaserra.com.br
Envie Pautas, Fotos Sugestões
e Vídeos para o whatsapp do
DIÁRIO DA SERRA
(65) 3326-4724

www.diariodaserra.com.br
www.ds.jor.br

TIRAGEM
1 MIL EXEMPLARES

CIRCULAÇÃO
Tangará da Serra, Nova Olímpia,
Barra do Bugres, Porto Estrela,
Campo Novo do Parecis,
Sapezal, Denise, Arenópolis,
Nortelândia e Santo Afonso.

CENTRAL DO ASSINANTE
(65)3326.6501

DEPARTAMENTO COMERCIAL

PUBLICIDADE ASSINATURA
PUBLICIDADE LEGAL
Associação Jornalística de Tangará da Serra - AJOTA

SERVIÇOS GRÁFICOS
E. Tormes e Cia. LTDA
CNPJ: 14.048.123/0001-07

CONTATO: adm@diariodaserra.com.br
Fone: (65) 3326-4724

Diário da Serra®

O DIA-ADIA DA NOTÍCIA

FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996
EDIÇÃO ON-LINE DESDE 06 DE SETEMBRO DE 1997
Endereço: Av. Tancredo Neves - 1247 W
Parque Mansões - CEP: 78300-000
Tangará da Serra - MT - Brasil

f

www.facebook.com/jornalds

@diariodaserra

REUNIÃO COM LIRA E GOVERNADORES

Mauro Mendes defende que texto de reforma tributária não trave crescimento de Mato Grosso



Governador apresentou sugestões em reunião nesta quinta

Para Mendes, a modernização do sistema tributário é necessária

LUCAS RODRIGUES / Secom - MT

Em reunião com o presidente da Câmara Federal, Arthur Lira, o governador Mauro Mendes apresentou sugestões ao texto da Reforma Tributária, para que a proposta não trave o crescimento econômico de Mato Grosso.

A reunião ocorreu nesta quinta-feira, 22, em Brasília, e contou com a presença dos demais governadores e representantes dos 27 estados.

“Mais uma vez nós defendemos as posições do

Estado e aquilo que é bom para o Brasil e para Mato Grosso. A grande maioria de todos nós concorda que precisamos modernizar o sistema tributário do país, tornar ele mais simples, mais eficiente e que isso possa contribuir para a geração de emprego e crescimento”, declarou.

Para Mauro Mendes, a modernização do sistema tributário é necessária, mas precisa ser feita com cautela para não travar o crescimento das atividades econômicas de Mato Grosso e dos demais estados do Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

“Queremos uma reforma que não tire a competitividade do desenvolvimento das nossas indústrias e das pequenas

lojas que existem em todo o estado de Mato Grosso e em grande parte das regiões brasileiras”, registrou.

Entre os pontos sugeridos por Mauro Mendes está a inclusão de um crédito outorgado de 5% para as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, no intuito de preservar o desenvolvimento industrial dessas regiões - tendo em vista que a reforma prevê a extinção dos incentivos fiscais.

Mauro Mendes também recomendou alterações na transição da tributação; instituição de um seguro receita; instituição de contribuição para infraestrutura e habitação em substituição aos fundos já existentes em alguns estados; e vedação da tributação do Simples Nacional pelas plataformas nas operações e prestações interestaduais.

“Existem algumas divergências ainda, mas aquilo que nos une é muito maior que aquilo que ainda nos separa. Espero que possamos chegar a um consenso que não sacrifique muito a União e que também possa garantir esse modelo de combater as desigualdades regionais”, completou.

O presidente da Câmara Federal, Arthur Lira, afirmou que dará encaminhamento às sugestões dos governadores para que possam compor o texto final.

DE TANGARÁ

Plano Plurianual (PPA) para quadriênio 2022-2025 é aprovado

LARISSA GRELLA / Assessoria

A Câmara aprovou na última terça-feira, 20, o projeto de lei do Plano Plurianual (PPA) para o período 2022-2025 (PL nº 105/2023). A peça detalha o orçamento do quadriênio e apresenta o relatório da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício financeiro de 2024.

Para assegurar o planejamento e a transparência no desenvolvimento

econômico do Município, após análise das comissões permanentes, os vereadores aprovaram em Plenário e por unanimidade, 13 votos favoráveis a proposta. “Para elaboração da atualização desta peça orçamentária, foi considerada a integração com o Plano de Desenvolvimento Institucional do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, e as Metas constantes no Plano de Governo atual, de forma a unificar os objetivos e metas para obtenção

de melhores resultados”.

O Plano Plurianual estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública para as despesas de capitais e decorrentes. Embora seja elaborado quadrienalmente, é avaliado, revisto e monitorado anualmente, proporcionando a flexibilidade ao enfrentamento de novos problemas e demandas. O texto segue para sanção do prefeito Vander Masson (UB).